

# SOBRE O ENCONTRO DA POLÍTICA CONSIGO MESMA: O PARADOXO ENTRE AS POSSIBILIDADES DOS ARRANJOS DEMOCRÁTICO-LIBERAIS E O REAL DISRUPTIVO DA POLÍTICA

André Costa Lucena<sup>1</sup>

## Resumo

O presente trabalho é um esforço teórico. Esforço, no sentido de que pensar a política na atualidade – crises no modelo democrático e neoliberal – é uma atividade de tal nível de amplitude que jamais será encerrada em si mesma. A ideia do presente trabalho é debater que há uma demanda urgente de encontro da política consigo mesma. Que a política é, na sua essência, a realização do impossível, como afirma o filósofo francês Alain Badiou. E que, por ser aquilo que força o impossível a acontecer, a política não está nas instâncias limitantes das possibilidades institucionais oferecidas atualmente. A conjuntura atual indica a existência de um paradoxo: soluções para as crises oferecidas nos limites dos modelos já existentes e necessidade de ampliação do potencial disruptivo da política. O objetivo deste trabalho é discutir o paradoxo político da atualidade, no sentido de afirmar a necessidade de que a política seja recobrada no seu poder de inconformidade com as formas institucionais presentes. Para além de Alain Badiou, outros pensadores norteiam a discussão proposta, a exemplo de Slavoj Žižek, Perry Anderson e Vladimir Safatle. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma revisão de literatura. Concluímos pela necessidade de se afirmar o real disruptivo da política, no contemporâneo.

**Palavras-chave:** Política; Real; Democracia; Crise.

**The politics meets itself: the paradox between the soft possibilities of liberal democratic arrangements and the Real disruptive politics**

## Abstract

The present work is a theoretical effort. Effort, in the sense that thinking about politics today – crises in the democratic and neoliberal model – is such a broad activity that it will never be closed in on itself. The idea of the present paper is to debate that there is an urgent demand to meet politics with itself. That politics is in essence the realization of the impossible, as the French philosopher Alain Badiou states. Because it is what forces the impossible to happen, politics is not in the limiting instances of the institutional possibilities offered today. The current conjuncture indicates the existence of a paradox: solutions to the crises offered within the limits of existing models and the need to expand the disruptive potential of politics. The aim of this paper is to discuss the current political paradox, in order to affirm the need for politics to be recovered in its power of non-conformity with the present institutional forms. In addition to Alain Badiou, other thinkers guide the proposed discussion, such as Slavoj Žižek, Perry Anderson and Vladimir Safatle. From the methodological point of view, this is a literature review. We conclude by the need to affirm the disruptive real of politics in the contemporary.

**Keywords:** Politics; Real; Democracy; Crisis.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Campina Grande. Contato: andre\_costa\_lucena@hotmail.com.

## Introdução

Reconheçamos: o neoliberalismo é uma forma dominante que não se encerra na dimensão econômica. Que as relações entre neoliberalismo e sistema democrático liberal são intrínsecas, é apenas uma questão de observar o que já foi dito, por exemplo, por um dos pensadores-chaves do modelo, Friedrich Hayek, em “O Caminho da Servidão” (1987). Entretanto, a forma atual do neoliberalismo consiste na sua disseminação na esfera da subjetividade humana. As formas de vida atuais tendem a se tornar padronizadas, e isso pode envolver desde cidadãos e cidadãs norte-americanos, até habitantes da Malásia, passando pela população da Colômbia até a sociedade húngara. No entanto, se essa possível homogeneização pode parecer, à primeira vista, a representação de que todas as populações do mundo assimilarão o padrão de vida dos norte-americanos, é preciso dar um passo atrás e afirmar o seguinte: o neoliberalismo coloniza as subjetividades, no sentido de determinar o que o ser humano, de modo geral, quer e não quer, aceita e não aceita, persegue ou ignora, na atualidade, elevando a mercadorização da vida e da própria política como axioma máximo. Esse é o ponto político central da atualidade. Voltar-se contra a imposição do capital financeiro sobre toda forma de vida política é a questão central dos nossos tempos.

Nesse sentido, as discussões sobre “crise da democracia”, “crise do capitalismo”, “crise de representatividade”, etc.; podem parecer pouco precisas ou valiosas quando se pretendem a buscar soluções no interior de um sistema hegemônico que foi o próprio responsável pela crise. O que propomos nesse trabalho é discutir a existência de um paradoxo visível na atualidade: de um lado, possíveis saídas para a crise na via institucional-democrática-liberal e, do outro, a necessidade de se resgatar a política no que ela tem de mais verdadeiro e essencial, ou seja, a política no seu potencial disruptivo, que não se limita à mediação da pluralidade de opiniões, mas que se coloca contrariamente às ordens vigentes. Que não se encerra, portanto, no âmbito da representatividade, mas que possui uma ética própria. Na qual o seu local de atuação não se dá no interior dos gabinetes institucionais, mas nas ruas, nas organizações populares, nos coletivos, nas relações coletivas, de um modo geral, e que não pode – e que jamais pôde, na verdade – ser assimilada pela forma estatal.

Objetivamente, todo momento de crise exige respostas e possíveis soluções para os problemas. Talvez seja o caso de reelaborar essa questão e dizer que é justamente nesses momentos de crise generalizada que as grandes questões devem ser feitas. Afinal, o

que é a política? Seria mesmo aquilo que é feito por representantes democraticamente eleitos, ainda que essas mesmas práticas disseminem nas massas excluídas o sentimento de que desdenham dessa política? É preciso, na verdade, encarar o real da política. Um real, em termos zizekianos – como mostraremos ao longo do trabalho – que não pode ser representado pela simbologia política vigente.

Outro ponto importante a se insistir diz respeito ao fato de que, nesse momento, um dos mais perigosos pensamentos pode ser aquele que se apega à determinada nostalgia. Se, desde os anos 1990, o neoliberalismo – após a queda do Muro de Berlim, a derrocada da União Soviética, o discurso da globalização, etc. – se impõe como forma dominante, é preciso recobrar que o seu surgimento se deve a uma reação – teórica, econômica e política – ao Estado de Bem-Estar Social europeu e, em igual medida, ao comunismo soviético. É possível que nenhuma das formas atacadas pelo neoliberalismo sirvam como solução para a crise atual do sistema e para a propositura de um novo modelo. Há uma agressiva direita populista que cresce, sustentada no desprezo à pluralidade, no apego ao nacionalismo e no desdém ao senso crítico. Taxá-la de “fascista” talvez seja simples demais para a complexidade do problema.

O presente trabalho lança mão de alguns nomes fundamentais do pensamento político atual, para debater o fenômeno: Perry Anderson, Slavoj Žižek, Alain Badiou e Vladimir Safatle, entre outros. O potencial disruptivo da política – que, se a coletividade busca, realmente, promover uma transformação, deve assimilá-lo – pode vir a ser esvaziado se as lideranças contrárias aos cursos atuais do sistema econômico e político cederem ao consenso liberal que os próprios incentivadores da crise propõem.

### **O Impossível é Real: o ato político de transformação e a determinação das possibilidades da democracia-liberal**

Afirmar a política real talvez seja o ato político mais fundamental da atualidade. Colocar tal premissa de saída, quando, formalmente, ela deveria estar contida no final do breve estudo que aqui se propõe, pode parecer uma contradição, em termos. A manifestação da faceta realista da política não é um fenômeno que se expressa com certa regularidade, sobretudo nos protestos contrários à ordem política vigente? Tudo, então passa a ser uma questão inquietante de buscar saber o que seria a política real e quais os seus locais de ação. Começemos por assumir o seguinte: recobrar o que realmente venha a ser política é o ponto inicial para

entendermos o que pode vir a ser a ação política, na atualidade, frente às tantas vezes propagadas “crise de representatividade”, “crise democrática” e “crise das instituições democráticas-liberais”. Há um paradoxo em vista, e esse paradoxo assume a forma de que, inicialmente, há uma distância abissal entre política e democracia, na atualidade, e, em igual ou maior medida, entre democracia e sistema democrático liberal.

Pensemos o desenrolar do capitalismo hegemônico e da democracia liberal desde, pelo menos, o início dos anos 1990. Àquela altura, a derrocada do projeto soviético-comunista frente ao triunfo do neoliberalismo colocava no horizonte uma sociedade globalizada e aberta, com livre circulação de mercadorias. Havia uma proposta de assimilação da democracia liberal não apenas como o sistema político mais vigoroso, mas como aquele que venceria todas as ameaças totalitárias. Suas promessas foram – e são – tão múltiplas e pretensiosas que abarcariam quase que a totalidade das demandas sociais: um sistema político pautado no multiculturalismo, no respeito à pluralidade de ideias e de organizações políticas, na realização periódica de eleições livres, na racionalidade dos(as) eleitores(as), na possibilidade, dada à população, de retirar do poder políticos eleitos que não cumprissem à risca os projetos que pretendiam pôr em pauta, quando eleitos. A pergunta que se coloca, nesse ponto, é sobre como esse sistema foi capaz de caminhar para um modelo atual no qual a representatividade tem sido desacreditada de maneira aguda e no qual as instituições – parlamentarismo e eleições formais, por exemplo – pouco significam, efetivamente, em matéria de participação política.

Para entender a crise atual, dois pontos são basilares. Em primeiro lugar, não há como considerar, a nível de análise, as medidas significativas da democracia liberal desconectadas do sistema econômico vigente. Por sistema econômico vigente, estamos tratando do neoliberalismo, cuja definição – sem prejuízo de todo um embate teórico que há sobre o termo – pode ser encontrada em Perry Anderson (1995), no seu “Balanço sobre o Neoliberalismo”, ao dizer que se constitui como um modelo no qual o Estado se mantém forte, mas no sentido de atuar contrariamente à classe trabalhadora, articulando medidas de desregulamentação frente às ações dos agentes financeiros. Além disso, um modelo que impõe uma permanente disciplina orçamentária por parte do Estado (ANDERSON, 1995), com cortes de gastos, redução da máquina pública e medidas de ajustes fiscais – como as recentes reformas trabalhista e previdenciária, no Brasil. Por fim, o modelo

que impõe a supremacia do capital financeiro sobre as demais frações do capital (ANDERSON, 1995).

A relação específica entre o neoliberalismo e o sistema democrático liberal – e que mais interessa ao presente estudo – pode ser encontrada não apenas em Anderson (1995), um teórico marxista crítico ao neoliberalismo, mas em um dos mais emblemáticos entusiastas do modelo, Friedrich Hayek (1987, no seu “O Caminho da Servidão”, cujo original data de 1944. O neoliberalismo, surgido como reação ao Estado de Bem-Estar social – que, ironicamente, ganhou força após a possibilidade de disseminação, na Europa, do comunismo –, exige, para Hayek (1987, p. 81), que suas autoridades responsáveis libertem-se “dos grilhões representados pelas normas democráticas”. Ora, observada as coisas sob esse ângulo, é de se pensar que o neoliberalismo representaria uma ameaça severa à democracia. Ainda assim, afirma Hayek (1987, p. 81) que “a democracia é, em essência, um meio, um instrumento utilitário para salvaguardar a paz interna e a liberdade individual”.

Parece importante destacar esse caráter instrumentalista que a democracia liberal assume, ao ser tratada pela própria teoria econômica liberal. Paradoxalmente, a democracia liberal parece assumir sem grandes constrangimentos a ideia de ser “um instrumento utilitário” (HAYEK, 1987, p. 81). Ao se distanciar, cada vez mais, das sociedades e das massas excluídas do jogo econômico e democrático – desempregados, desalentados, oprimidos, etc. –, a democracia liberal aproxima-se do poder econômico, cuja concentração de poder – e não é necessário grandes especulações teóricas sobre isso – encerra-se, cada vez mais, nas mãos de grandes grupos corporativos, agentes do mercado financeiro e mídia dominante.

A crise no sistema capitalista, em 2008, trouxe consigo uma série de debates sobre a crise no próprio sistema democrático. Parece a nós que, nesse ponto, é fundamental romper com certa dicotomia entre sistema capitalista e sistema democrático liberal. Uma estrutura não pode ser visualizada sem a outra: uma não sobreviveria sem a outra. Lembremos que a crise de 2008 representou, no marco do pensamento de Antonio Gramsci (2000), uma crise orgânica. Por “crise orgânica”, estabeleçamos que se trata daquela que revela “contradições insanáveis na estrutura e que as forças políticas se esforçam para saná-la dentro de certos limites e superá-las” (GRAMSCI, 2000, p. 37).

Realizar a leitura do contemporâneo – com suas “crises” – a partir dos dizeres de Gramsci (2000), é reconhecer que, em primeiro lugar,

as forças políticas não deixam de se esforçar para sanar os problemas e propor meios de superação. Esse método de superação, entretanto, dá-se por meio de “certos limites”, como fala Gramsci (2000). Vejamos o caso econômico: muito embora diversas e emblemáticas manifestações de ruas contrárias às políticas do capitalismo global tenham sido realizadas na presente década – Occupy Wall Street, nos Estados Unidos; Indignados, na Espanha; Jornadas de Junho de 2013, no Brasil; Coletes Amarelos, na França; apenas para ficar nos exemplos mais conhecidos – nenhuma solução econômica e política efetivamente voltada à superação do modelo foi proposta pelos entusiastas do capital. Ao passo que as ruas gritavam a descrença total com um sistema cuja concentração de renda é uma tendência inevitável, mais e mais medidas de ajuste fiscal foram sendo aplicadas, a fim de se resolver a “crise”.

Do ponto de vista político, os mesmos limites – que chamaremos de “possibilidades” daqui em diante – também foram impostos. Por mais paradoxal que possa parecer, o mundo democrático pós-crise de 2008 caminha para a ascensão do espectro que mais diretamente representa uma ameaça à democracia: a extrema-direita, conforme nos aponta, por exemplo, Ballestrin (2018). Fundamental é pensar essa questão, a partir de um ponto de vista crítico que nos exija pensar o que, exatamente, é a política.

O sistema representativo da democracia liberal é, essencialmente, excludente. Tratar dele, na sua totalidade, exigirá uma abordagem teórica muito além das pretensões do presente trabalho. Algumas linhas, porém, podem ser suficientes para entendermos, ainda que com contornos mínimos, a premissa que foi colocada acima. Remontemos à origem do sistema: a representatividade democrática pressupõe que a vontade do povo seja “o produto e não o motor do processo político” (SCHUMPETER, 1942, p. 329). Não é demais lembrar que o próprio Estado moderno, na formulação hobbesiana, constitui-se a partir de um acordo entre indivíduos. Esse acordo irrevogável estabelece que, entre os indivíduos, fique posto que “cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as tuas ações” (HOBBS, 1974, p. 109). Eis a condição básica da política representativa, sem a qual não se poderia sequer visualizar o Estado hobbesiano.

Há uma ideia de representação, portanto, limitada à esfera individual, como nos aponta Pitkin (1985). E pouco trato sobre as dimensões dessa representação, ou mesmo se seria possível impor, politicamente, limites a essa representação. O apego da teoria

política liberal à irrestrita representatividade faz sentido quando se observa que grande parte desse campo teórico se articula no sentido de pensar as regras do jogo democrático. Um dos seus mais emblemáticos teóricos é Bobbio (1986, p. 86), cuja ideia de política é a de que “no jogo democrático [...] os atores principais estão dados e são os partidos; também está dado o modo principal de fazer política para a imensa maioria dos componentes da comunidade nacional: as eleições”. Atualmente, porém, há um problema de primeira envergadura, no que diz respeito à representatividade democrática: a ausência de “similaridade entre representantes e representados”, como chama a atenção Luis Felipe Miguel (2011, p. 25). Um problema, aliás, que não se limita à conjuntura política atual. Seria realmente crível que, em algum momento da história do modelo democrático representativo, os representantes tenham sido capazes de, de fato, representar os(as) representados(as)? Talvez seja preciso rever a noção que se costuma disseminar sobre o que é ser representado(a) politicamente. Quando propaga-se a “crise de representatividade democrática”, é preciso que reinterpretemos essa noção para afirmar que, na verdade, a própria ideia de representatividade guarda, em si, problemas insanáveis.

Uma das razões da crise pode ser pensada a partir da teoria de Alain Badiou (1994). Quando os partidos tentam representar classes ou frações de classe, o que se está a praticar é, fundamentalmente, uma representação feita aos moldes do Estado. Trata-se de tentativas políticas que “punham a política sob a autoridade do Estado” (BADIOU, 1994, p. 55). Nesse sentido, há um permanente quadro de insuficiência, no âmbito do sistema representativo e da própria sociedade. Eis o ponto de separação entre o que é a política exercida pela representatividade e o que pode vir a ser, de fato, a política no seu real. Enxergando a questão através da filosofia de Badiou (1994, p. 57), o que percebemos é que “a organização política não é um partido, pois todo partido é determinado pelo Estado”.

A política, assim, na sua essência, não se encerra na representatividade. O parlamentarismo, como nos diz Badiou (1994), não alcança o ponto em que a política deve ser entendida a partir da sua subjetividade. Há um apego incontornável às regras do jogo. Há um distanciamento entre política e ética (BADIOU, 1994). No entanto, a política, fundamentalmente, deve ser política e ética. É de se pensar, assim, o que seria essa ética, na visão do filósofo francês. Pensemos nos próprios termos de Badiou (1994, p. 42), ao dizer que “na ética, o sujeito se apresenta ele mesmo, decide ele mesmo, declara o que ele quer em seu próprio nome”.

Buscando realizar uma leitura do contemporâneo a partir do que foi dito acima, podemos enxergar uma dicotomia entre política representativa – e, em maior medida, entre sistema democrático liberal – e a verdadeira política. Em outros termos, devemos dizer que tudo aquilo que se pode compreender enquanto arranjos da democracia liberal e da política representativa – disputas por eleições, competição eleitoral, distanciamento entre representantes e povo, etc – constituem apenas a dimensão simbólica da política. A dimensão do Real – portanto, a política no seu espectro mais essencial – não se insere nesse campo simbólico nem pode ser abarcada nos seus limites. Assim, assumimos a ideia de que a política não é, necessariamente, uma atividade de mediação sobre pontos de vistas diferentes. A política é “a prescrição de uma possibilidade em ruptura com aquilo que existe” (BADIOU, 1999b, p. 37), para ficarmos na definição presente em “Compêndio de metapolítica”. Não há política, assim, quando se impõem as amarras do consenso. A despeito dos jogos de acordos econômicos e institucionais que se encerram nos corredores dos parlamentos em sistemas democráticos liberais, a verdadeira política é disruptiva. A política deve pôr em cena uma ameaça de ruptura com o sistema vigente.

Entretanto, parece fundamental não perder de vista que essa possibilidade de ruptura não entre em jogo sem uma reação conservadora por parte do sistema hegemônico. É nesse ponto que se torna necessário apresentar a visão do filósofo esloveno Slavoj Žižek (2013, p. 91), em “Cidades Rebeldes”, ao dizer que a arte da política “reside em insistir em uma determinada demanda que, embora completamente ‘realista’, perturba o cerne da ideologia hegemônica e implica uma mudança muito mais radical”.

O norte da política, na sua versão mais crua, é insistir em uma demanda que simplesmente não pode ser acolhida pelo sistema vigente. Há um caráter subversivo fundamental da verdadeira política. Empiricamente, ao notarmos o permanente estado de “crise democrática”, com números altos de abstenção de votos e descrença generalizada com a representatividade democrática, o que os entusiastas costumam propor não é outra coisa, senão medidas voltada à “melhoria da qualidade” do sistema. O que lhes falta perceber – e que um resgate à real noção de política pode nos fazer ver – é que a demanda atual não se encerra nas possibilidades ofertadas pela ordem econômica e política vigentes. A própria ideia da demanda – com ações políticas nas ruas, boicotes, desobediência, etc. – diz respeito à perturbação do cerne da ideologia hegemônica. Seria um contrassenso completo pensar

que um ato político que demanda mudanças radicais se resignaria com uma solução oferecida no marco do sistema vigente.

É precisamente aqui que podemos assumir a ideia de que política – a verdadeira política – é a realização do impossível. Para Badiou (1999a, p. 38), “se nos dizem: o liberalismo econômico, a globalização, o regime parlamentar é a única possibilidade, fazer outra coisa é impossível, [...] dizemos: uma política real existe ali onde se diz que ela é impossível”. Há uma carga de negação, portanto, nessa noção de política. Negação das formas políticas vigentes, negação das possibilidades oferecidas pelo sistema dominante e negação do próprio sistema, como um todo. Essa negação não se dá à toa: negar as possibilidades é negar os significados da política. Lembremos: a verdadeira política, ou o Real da política, não se limita aos seus símbolos. O Real, a partir da noção de Žizek (2006) e suas interpretações acerca da teoria lacaniana, é uma experiência dilacerante de negação. O simbólico, por sua vez, “refere-se aos códigos e/ou estruturas anônimos [...] que têm sentido em si e simplesmente funcionam como ‘textura’ abstrata básica na qual (ou a partir da qual) se constitui a realidade” (ŽIZEK, 2006, p. 16). O Real da política é traumático, confrontador e doloroso por se propor a rupturas. Nenhuma ruptura – seja na dimensão política, social ou mesmo individual – pode acontecer sem um processo doloroso. O Real da política não se encerra no semblante de política que é a representatividade democrática. Na verdade, o Real se encontra naquilo que não se pode representar. Lembremos: política, verdadeiramente, nada tem relação com apego às regras do jogo. A representatividade encerra o seu sentido dentro de suas fronteiras. A política, por sua vez, visa romper as limitações impostas por aquilo que é mero semblante da política.

Do ponto de vista da política, esse Real também escapa ao simbólico. Quando Badiou (1999a) afirma, por exemplo, que a política acontece ali onde força o impossível a acontecer, está dizendo, fundamentalmente, que o impossível é a política real. Seria impreciso interpretar essa questão como sendo uma ideia de que a política jamais irá se materializar. Como diz Žizek (2006, p. 89), “o Real não é o impossível no sentido de que nunca vai acontecer”, de modo que “a questão não é que o Real seja impossível, mas que o impossível é Real” (ŽIZEK, 2006, p. 89).

Diante da aguda crise atual do sistema democrático liberal e do capitalismo global, todas as possibilidades ofertadas como possíveis soluções para a crise das estruturas limitam-se às condições do sistema vigente, como dito. O pensamento político – em maior medida, a própria inquietação intelectual de pensar a política –

deve ter redobrado cuidado para não se entrelaçar nesses meios aparentemente sedutores. A filosofia, como nos diz Badiou (1994), deve preservar o seu senso crítico. Aqui, pontualmente, interpretamos a questão dizendo que o senso crítico do pensamento político deve ser preservado, justamente, em momentos de maior tensão política, como na atual conjuntura. Quando as análises da conjuntura indicam um perigoso acirramento dos embates políticos, é justamente aí que tal embate deve ser afirmado: nele é que se constitui a verdadeira política. A filosofia “[...] não deve alinhar-se a uma ordem mundial do capital, que é na realidade uma desordem humana” (BADIOU, 1994, p. 17). É fundamental, assim, que se leve em consideração que o pensamento político, na sua essencial dimensão crítica, não deve ser confundido com a tecnocracia burocrática das pesquisas que buscam, quase que unicamente, dissertar sobre o sistema. Fundamental, também, é perceber que, quando a política se funda na ideia de insistir em uma demanda que perturbe o cerne da ideologia hegemônica, para usar as palavras de Žizek (2013), não se está a dizer que o ato político fundamental da atualidade deva ser direcionado contrariamente só às formas políticas vigentes. É preciso voltar-se, sem constrangimento, à totalidade do sistema: uma negação às contradições de ordem econômica e política decorrentes do poderio do neoliberalismo.

Quando dissemos que afirmar a política é o ato político mais importante da atualidade, queremos recobrar a ideia de que, possivelmente, a política – a verdadeira política – em nada guarda relação com as formas democráticas-liberais que geraram a crise que hoje se apresenta. Uma crise, aliás, cujo horizonte de superação não se visualiza, se insistirmos nas fórmulas oferecidas pelas autoridades que ocupam o poder. Mais do que redefinir o que é política, é preciso que – nas ruas, nos atos de protesto, no pensamento político crítico – recobremos o que é política. E que distanciemos essa noção – apresentada acima – das práticas democrático-liberais que se encerram nos gabinetes da institucionalidade democrática. “Participação política” é qualquer coisa muito mais ampla, subjetivamente, do que o protocolar ato de ir votar em eleições periódicas.

Substancialmente, a hipotética “crise democrática” da atualidade está profundamente ligada à crise do capitalismo global. De um modo geral, é possível dizer que os protestos contra a representatividade democrática se constituem como protestos contrários à ampliação aguda da concentração de renda, à desigualdade social e à precarização das relações de trabalho, assim como contrários ao conjunto de efeitos nocivos do sistema

econômico e político da atualidade, possibilitados por um modelo econômico que visa a obtenção de lucro a qualquer custo. Assim, podemos destacar a ausência de insatisfação específica: a insatisfação é generalizada, direcionada contrariamente ao sistema, como um todo. Tentar entender as insatisfações das massas de forma individualizada não é outra coisa, senão uma maneira de enfraquecer o potencial das demandas, que somente fazem sentido quando observadas em harmonia. Diz Žižek (2013, p. 90), a respeito da atual conjuntura, que “a tendência geral do capitalismo atual é direcionada à expansão do reino do mercado, combinada ao enclausuramento do espaço público, à diminuição dos serviços públicos [...] e ao aumento do funcionamento autoritário do poder político”. Não há constrangimento em afirmar que essa “expansão do reino do mercado” somente pode tomar os contornos que tomou, atualmente, a partir de uma combinação exitosa entre o capitalismo global e o sistema político vigente. Medidas econômicas dessa natureza – não é demais lembrar – somente são aprovadas – tanto em países capitalistas avançados, como em países periféricos – pelas autoridades políticas.

Além disso, há um componente específico da crise atual: a ampliação do autoritarismo, com a ascensão de uma direita ainda mais agressiva. Diversos são os exemplos, o que inclui Donald Trump, nos Estados Unidos e Jair Bolsonaro, no Brasil. Listar, uma a uma, as figuras que representam esse giro à direita – não apenas com seus programas econômicos liberais, mas com desdém ao aquecimento global, ao pensamento crítico e ao respeito à diversidade de culturas – seria, em primeiro lugar, tarefa exaustiva. Em segundo lugar, tarefa pouco produtiva, uma vez que parece mais importante discutir as voltas que o sistema tem dado, reconhecendo que as figuras políticas, individualmente, têm um papel de meros executores de um programa totalizante.

O que temos entendido por “crise” abre duas brechas de possibilidades de ações: (i) a propositura de um sistema verdadeiramente novo, a partir da ideia de que política (BADIOU, 1999b) deve romper com aquilo que existe; ou, por outro lado, (ii) a reafirmação de que as regras que causaram a crise devam ser obedecidas de maneira mais incisiva. Essa questão tem sido enxergada por Žižek (2013, p. 90–91) nos seguintes termos: “quando o capitalista global é forçado a violar suas próprias regras, abre-se uma oportunidade para insistir que essas mesmas regras sejam cumpridas”. Uma hipotética negociação objetiva, na busca de um consenso liberal que resgate os valores básicos do sistema, seria tomada por um caráter despolitizante. A política está mais para os

atos de boicote ocorridos no Oriente Médio do que para as propostas de reforma partidária do Congresso brasileiro.

No entanto, buscando evitar o radicalismo da verdadeira política, cujo potencial de desestabilizar o sistema poderia ser bastante prejudicial àquelas e àqueles que defendem a estabilidade a todo custo, diversos entusiastas do pensamento liberal têm apostado na necessidade de superação dos embates ideológicos, a fim de que se possa construir aquilo que se estima cunhar de “nova política”. “Pois bem, é preciso desagarrar-se de embates ideológicos que têm durado séculos e pensarmos em uma nova política, sem ideologias”, eis o discurso reproduzido por aqueles(as) que defendem a despolitização do conflito. Algumas questões sobre esse fenômeno precisam ser pensadas. Em primeiro lugar, uma possível “superação das ideologias” pressupõe a naturalização absoluta de uma ideologia. O triunfo do neoliberalismo, como diz Anderson (1995), é impor que não há soluções fora do sistema. Ironicamente, “esse admirável mundo novo da mercadorização global se considera pós-ideológico” (ZIZEK, 2011, p.12). Nunca o aparelho ideológico do Estado esteve tão maciçamente presente. Aqui, consideramos a expressão “aparelho ideológico do Estado” alinhada à ideia de Althusser (2014, p.43), como sendo “um certo número de realidades que se apresentam [...] sob a forma de instituições distintas e especializadas”, a exemplo das religiões, do sistema político, da família, da escola e da própria cultura. Politicamente, o sistema impõe um permanente estado de proibição.

O fenômeno da “pós-política” se materializa em um conjunto de representantes democráticos que propõem não apenas a necessidade de superação dos velhos embates ideológicos, mas o estabelecimento de um modelo de ação política, nas palavras de Žižek (2017), que concentre seus esforços no gerenciamento dos bens públicos e do Estado. Esse gerenciamento, não por acaso, deve ser feito aos moldes da gestão liberal. “Quando se renuncia às grandes causas ideológicas, tudo o que resta é a administração eficaz da vida...ou quase apenas isso” (ZIZEK, 2017, online). Objetivando a imposição do grau zero de política na própria política, é um fenômeno que busca esvaziar a política na sua dimensão inegável: o conflito. O tom rejuvenescente no qual se constitui os discursos dos entusiastas da “pós-política” insere-se na tentativa de levar a política para a arena indiscutível do consenso. Um fenômeno, assim, típico da colonização que o neoliberalismo impõe sobre a nossa subjetividade: é preciso, para que se torne hegemônico, que o neoliberalismo amplie as suas fronteiras do político e do econômico, determinando os fundamentos da

subjetividade dos indivíduos. Inevitável não lembrar Foucault, que, nas suas considerações sobre o neoliberalismo, alertava, em “O nascimento da biopolítica”, que “o neoliberalismo, o governo liberal não tem que corrigir os efeitos destruidores do mercado sobre a sociedade. [...] Ele tem de intervir sobre a própria sociedade em sua trama e em sua espessura” (FOUCAULT, 2008, p. 199).

Desejar a superação dos embates ideológicos como forma de se propor uma “nova política” é, em primeiro lugar, reconhecer que esse novo modo de fazer política deve ser feito ao modo gerencial das instâncias privadas da economia de mercado. Em segundo lugar, é tratar a política como um campo despolitizado, por mais paradoxal que se possa parecer. Em terceiro lugar, é ignorar que toda ação estatal e toda estrutura institucional é – não apenas no fundo, mas no seu semblante mais escancarado – ideológica.

Como dito, a crise atual exige da coletividade não o anseio por uma “nova política”. Definitivamente, é o caso de se pensar um novo modelo, desligado das políticas desiguais do neoliberalismo e das instâncias excludentes do liberalismo democrático, mas, fundamentalmente, o que a atual conjuntura exige é que se afirme a política no que ela, de fato, é. Que se imponha a exposição da face mais real da política: aquilo que se coloca contrariamente à ordem vigente e que, como nos diz Badiou (1999a), force o impossível a acontecer.

Se o cenário atual parece indicar uma desorganização total dos modelos político e econômico vigentes, é fundamental enxergar essa aparente desorganização a partir do que ela realmente possa querer dizer. Para isso, articula o filósofo brasileiro Vladimir Safatle (2015), em “O Circuito dos Afetos”, que há uma desorganização permanente, seguida de organização, e que “seria importante lembrar que a desorganização promovida pelo Capital é a condição para que um princípio geral de equivalência, encarnado na figura da forma-mercadoria, permaneça como uma espécie de axioma intocável” (SAFATLE, 2015, p. 222). Eis o ponto: o ato político fundamental de afirmação da política na sua dimensão real é o desabamento não apenas do sistema no que ele tem de periférico, mas o questionamento incisivo sobre próprio núcleo do sistema, a partir da ideia de que o sistema atual, com suas contradições inerentes, não interessa à coletividade, mas a uma minoria permanentemente beneficiada por esse mesmo sistema. E que, se a política, de fato, for estampada na sua essência, não se contenta com acordos consensuais. Essa transformação, cuja materialização tem sido um desafio ao longo de toda a História, não pode ocorrer por meio de um processo amenizador e civilizatório das arenas dos arranjos democráticos-liberais atualmente conhecidos. Para além

disso, é uma transformação dolorosa. Toda ruptura política é um caminho sem volta.

## **Considerações Finais**

Arriscar o impossível é a política necessária em tempos nos quais o modelo político e econômico dá mostras de esgotamento. Quando a coletividade dá sinais de que, no seu interior, circula o afeto do desamparo, ao invés de se buscar negar esse desamparo, é preciso, por outro lado, afirmá-lo. Somente uma coletividade desamparada, como nos diz Safatle (2015), pode dar início ao seu processo de emancipação. A situação atual – com crises nas mais diversas dimensões – implica a necessidade de que a política se afirme, no seu verdadeiro modo de pensar e agir. Há um paradoxo fundamental, na atualidade: por um lado, todas as saídas para a crise orgânica oferecidas pelas autoridades políticas e democráticas são condicionadas a medidas localizadas no interior das mesmas estruturas que geraram a crise; por outro lado, a coletividade – que toma as ruas, expressa suas angústias políticas nas falas e no corpo – atua politicamente, no sentido de forçar o encontro da política consigo mesma. A política é disruptiva e nada afeita a acordos que, no final das contas, servem à manutenção das mesmas estruturas. A política na sua dimensão mais subversiva e real. Uma política que não pode ser representada ou traduzida pelos símbolos do poder institucionalizado.

Seria demasiado ilusório pensar que essa coletividade, tomada pela desamparo, há de se contentar com as possibilidades ofertadas. Ora, essas possibilidades não indicam outro caminho, senão a intensificação de um modo de agir sistemático que, por ele mesmo, tem gerado o que se costuma cunhar de crise. As autoridades buscam inculcar o medo, com toda a paralisia social que decorre do medo. Criam, nos discursos oficiais, o horizonte tempestuoso para que a participação política fique condicionada ao mínimo, para que o Estado regule cada vez menos as práticas de poder ilimitado dos agentes do capital, para que ajustes fiscais sejam aprovados no sentido de transferir a renda dos mais pobres para os detentores do capital financeiro, suas agências de investimento e suas corporações que agem no plano global. Tudo diz respeito, também, ao estado atual do neoliberalismo. Um neoliberalismo que impõe a prevalência do capital financeiro e que põe o mundo em permanente estado de urgência econômica. Uma urgência seguida de sucessivas promessas de que o cenário político e econômico sempre irá melhorar. Uma melhora, entretanto,

aproveitada somente pela parcela mínima de indivíduos que detém maior renda.

Promessas, também, que não podem ser cumpridas pelo modelo democrático-liberal. O que buscamos, no presente trabalho, foi debater a política no seu sentido mais essencial. Discutir que, frente à crise fruto das contradições inerentes ao sistema, é preciso que a política se imponha. A política que rompe os horizontes limitadores das instâncias institucionais. A política, como nos diz Badiou (1999a), que existe ali onde força o impossível a acontecer. Eis o real da política. O impossível – jamais esqueçamos – é real.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa, Editorial Presença / Martins Fontes, 2014.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9–23.

\_\_\_\_\_. Ética e política. In: **Conferências de Alain Badiou no Brasil**. C. Garcia (Org). Belo Horizonte: Autêntica, 1999a, pp. 37–45.

BADIOU, A. **Compêndio de metapolítica**. Trad. Filipe Duarte. Lisboa: Instituto Piaget, 1999b.

\_\_\_\_\_. **Para uma teoria do sujeito: conferências brasileiras**. Trad. Emerson Xavier da Silva & Gilda Sodrê. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BALLESTRIN, Luciana. O debate pós-democrático no século XXI. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, n. 2, 2018, pp. 149–164.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. 4. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura: Instituto Liberal, 1987.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Coleção “Os Pensadores”. Abril cultural, 1974.

MIGUEL, Luis Felipe. Representação democrática: autonomia e interesse ou identidade e advocacy. **Lua Nova**, São Paulo, 84: 25–63, 2011.

PITKIN, Hanna. **El concepto de representación**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1985.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1942.

ZIZEK, S. **A biopolítica pós-moderna**. Publicado em 2017. Disponível em: <https://vandersonfilosofo.blogspot.com/2017/01/zizek-biopolitica-pos-politica.html>. Acesso em 06 de agosto de 2019.

\_\_\_\_\_. **Arriscar o Impossível**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

\_\_\_\_\_. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. Problemas no Paraíso. In: MARICATO, E. et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013, p. 95-100.